



corregedoria
geral da justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Secretaria Executiva

Ofício Circular nº 134 /2011-SEC

Goiânia, 27 de Outubro de 2011.

Processo nº 3848442/2011

Aos Magistrados Diretores de Foro

Assunto: Recomenda aos Magistrados Diretores de Foro que orientem seus pares a requisitar documentos à JUCEG apenas nos casos em que a prova seja de interesse do juízo.

Senhor(a) Juiz(a) :

Encaminho a Vossa Excelência cópias do despacho nº 3345/2011 e das peças de fls. 3/4 e 11/12, para conhecimento próprio e de seus pares, orientando-os a requisitar documentos à JUCEG apenas nos casos em que a prova seja de interesse do juízo.

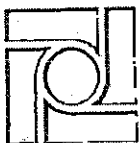
Faço constar no presente processo o endereço eletrônico para consultas a provimentos e demais atos deste Órgão Correicional, qual seja: www.tjgo.jus.br (acessar o link corregedoria e escolher no item publicações a opção desejada).

Atenciosamente,


DES^a. BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO
Corregedora-Geral da Justiça

Ofcir123/en





Corregedoria
geral da justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Assessoria Jurídica



Processo nº : 3848442/2011 – Goiânia

Nome : Junta Comercial do Estado de Goiás

Assunto : Faz solicitação

DESPACHO Nº 3345 /2011.

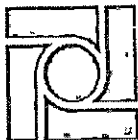
Cuida-se de pleito formulado pela Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG –, no sentido de que sejam orientados os magistrados goianos a requisitarem cópias de atos mercantis e certidões para instrução de processos somente quando de interesse do juízo.

Sustenta que em razão do elevado número de requisições judiciais, em torno de 60 (sessenta) por dia, a autarquia vem experimentando prejuízos, porquanto mantida pela arrecadação advinda dos serviços ofertados.

A Assessoria Geral desta corregedoria se mostra favorável ao deferimento do pleito (fs. 8/9), posicionamento compartilhado pelo ilustre parecerista, Dr. Carlos Magno Rocha da Silva (fs. 11/12).

Com efeito, o pleito encontra amparo na própria lei processual, sendo certo que incumbe às partes a instrução probatória dos feitos judiciais, restando ao juízo, somente em casos de seu interesse ou de impossibilidade de obtenção pelos litigantes, requisitar documentos a quem os detenha.

Destarte, em consonância com o Parecer nº 619/2011, defiro o pedido da solicitante e determino a expedição de ofício circular a todos os diretores de foro do Estado de Goiás, para conhecimento próprio e de seus pares, orientando-os a requisitar documentos à JUCEG apenas nos casos em que a prova seja de interesse do juízo. Com a comunicação, encaminhem-se cópias das peças de fs. 3/4,



corregedoria
geral da justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Assessoria Jurídica



11/12 e deste despacho.

Dê-se ciência à autarquia solicitante, arquivando-se o feito em
seguida.

À Secretaria Executiva para diligenciar.

Goiânia, 21 de outubro de 2011.


DES^a. BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO
Corregedora-Geral da Justiça

desp38°CVW/SGS



JUCEG

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS

OFÍCIO N.º 298 /2011 - PRES.

Goiânia, 25 de agosto de 2011



R. A. D

25.8.11

A Sua Excelência

Carlos Magno Rocha da Silva

1º Juiz Auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de

Goiás

Nesta

Senhor Juiz,

Com nossos cordiais cumprimentos, apresentamos primeiramente nossos sinceros agradecimentos pela concessão da audiência, na semana passada, onde tratamos sobre a possibilidade de ser editada uma recomendação aos membros do Poder Judiciário Estadual, em relação à requisição de cópia de atos mercantis ou de certidão para instrução de processo judicial.

Informamos a V.Exa. que, em média, a JUCEG recebe aproximadamente 60 (sessenta) requisições/dia oriundas de Juízes integrantes desse Tribunal de Justiça, objetivando fazer prova em processo judicial.

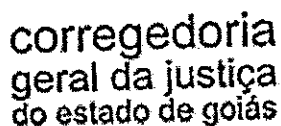
Ressaltamos ainda que, muita das vezes, a requisição refere-se não só a cópia de um único determinado ato, mas de cópia de todos os atos de certa empresa, o que implica em considerável perda de receita.

Ponderamos que a JUCEG se mantém somente pelo produto da sua arrecadação, sendo toda a nossa estrutura de pessoal, material e de equipamentos mantida por meio do pagamento dos preços estabelecidos em nossa tabela em virtude da prestação de serviços ofertados por esta Autarquia.

Desse modo, solicitamos a V.Exa. quanto à possibilidade de ser recomendado a todos os membros do Poder Judiciário Estadual que seja requisitado certidão ou cópia de atos mercantis somente naqueles casos específicos onde a prova é de interesse do Juízo, deixando a cargo da parte interessada o ônus da instrução do processo, já que a ela cabe provar o alegado, nos termos da legislação processual pátria.

Na oportunidade renovamos protestos de elevada estima e apreço.


Veríssimo Aparecido da Silva
Presidente



corregedoria
geral da justiça
do estado de goiás

CORREGEDORIA

FLS. 11

90

PROCESSO Nº : 3848442/2011
NOME : Junta Comercial do Estado de Goiás
ASSUNTO : Faz solicitação
COMARCA : Goiânia

PARECER Nº 619/11-I. Através do expediente de fl. 03/04, o Presidente da Junta Comercial do Estado de Goiás, Veríssimo Aparecido da Silva, solicita a esta Corregedoria Geral da Justiça, a adoção das providências necessárias visando a expedição de recomendação aos magistrados no sentido de que a requisição de certidão ou cópia de atos mercantis seja efetuada apenas onde a prova é de interesse do juízo, deixando a cargo da parte interessada o ônus da instrução do processo.

Justifica seu pedido na considerável perda de receita da autarquia ao atender as 60 (sessenta) requisições diárias, em média, oriundas de Juízes integrantes deste Tribunal de Justiça, vez que a JUCEG se mantém somente pelo produto de sua arrecadação, em virtude dos serviços prestados, cabendo à referida autarquia manter a estrutura de pessoal, material e equipamentos.

Pronunciamento exarado pela Assessora Geral, desta Casa às fls.
08/10.

Pois bem.

Senhora Corregedora-Geral da Justiça, conforme pontuado pela diligente Assessora Geral desta Casa, *“razão assiste à requerente, pois além de deixar de recolher os valores devidos a expedição da certidão necessária para a instrução do processo judicial, ainda arca com gastos de papel e fotocopadora para o fornecimento das cópias de atos mercantis.”*

O procedimento adotado em solicitações desta natureza é a expedição de ofício-circular aos Juízes Diretores de Foro deste Estado, recomendando-lhes a cientificação das informações prestadas pela JUCEG.



**corregedoria
geral da justiça
do estado de goiás**

CORREGEDORIA

FLS

12

9

Assim, considerando que a Corregedoria-Geral da Justiça, a par de ser órgão de fiscalização e vigilância, também é órgão de orientação, a teor do disposto no art. 24 da Lei Estadual nº 9.129/81 (Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás), penso que os Juizes de Direito possam ser orientados no sentido de que, havendo necessidade de trazer aos autos certidão ou cópia de atos fornecidos pela Junta Comercial deste Estado, seja a parte interessada incumbida de juntá-las, requisitando judicialmente tais documentos apenas quando a prova for do interesse do juízo.


Frisa-se que a função orientadora da Corregedoria é exercida dentro do âmbito da atividade administrativa, com vista ao efeito do controle da regularidade da prestação jurisdicional, sem, contudo, interferir diretamente no exercício do poder jurisdicional do magistrado.

Dessa forma, considerando o acima exposto, **SUGIRO** que seja expedido Ofício-Circular aos Juizes de Direito nos termos acima delineados.

Após, pauto pelo arquivamento dos autos, com cientificação do nobre Presidente da Junta Comercial do Estado de Goiás, Veríssimo Aparecido da Silva.

É o parecer, s.m.j.

Goiânia, 13 de outubro de 2011.


Carlos Magno Rocha da Silva
1º Juiz Auxiliar

kbc